

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA SERÁ SOCIALISTA OU NÃO SERÁ REVOLUÇÃO: AS ORIGENS DA POLOP E O NASCIMENTO DA “NOVA ESQUERDA” MARXISTA*

LA REVOLUCIÓN BRASILEÑA SERÁ SOCIALISTA O NO SERÁ REVOLUCIÓN: LOS ORÍGENES DE POLOP Y EL NACIMIENTO DE LA “NUEVA IZQUIERDA” MARXISTA

THE BRAZILIAN REVOLUTION WILL BE SOCIALIST OR IT WILL NOT BE A REVOLUTION: THE ORIGINS OF POLOP AND THE BIRTH OF THE MARXIST “NEW LEFT”

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.46750>

Lineker Noberto¹

Resumo: A fundação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) é um marco inicial na renovação do movimento marxista brasileiro dos anos 1960. Identificando originalidades em sua posição teórico-política, produções memorialísticas e historiográficas a consideraram “matriz” do que se convencionou chamar de “nova esquerda”. Mas o que exatamente é isto que parte da literatura especializada identificou como a “nova esquerda”? Sua resposta pode ser encontrada ao fim do encaminhamento de uma outra pergunta: Quais condicionantes históricos permitiram a formação de uma organização como a Polop? Este artigo tem o objetivo de responder a ambas.

Palavras-chave: Polop. Marxismo. Nova Esquerda. Brasil.

Resumen: La fundación de la Organización Revolucionaria Marxista - Política Obrera (ORM-Polop) es un hito inicial en la renovación del movimiento marxista brasileño en la década de 1960. La llamada “nueva izquierda”. Pero, ¿qué es exactamente esa parte de la literatura especializada identificada como la “nueva izquierda”? Su respuesta se puede encontrar al final de la presentación de otra pregunta: ¿Qué condiciones históricas permitieron la formación de una organización como Polop? Este artículo está destinado a responder a ambos.

Palabras clave: Polop. Marxismo. Nueva izquierda. Brasil.

Abstract: The foundation of the Marxist Revolutionary Organization – Workers' Policy (ORM-Polop) is an initial milestone in the renewal of the Brazilian Marxist movement in the 1960s. call “new left”. But what exactly is it that part of the specialized literature identified as the “new left”? His answer can be found at the end of the submission of another question: What historical conditions allowed the formation of an organization like Polop? This article is intended to answer both.

Keywords: Polop. Marxism. New Left. Brazil.

Introdução

Há sessenta anos atrás, entre os dias 16 e 19 de janeiro de 1961, no centro de convenção denominado Palácio da Uva, na cidade de Jundiá, no estado de São Paulo, reuniam-se aproximadamente vinte delegados para a formação da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO). Resultado de uma série de debates e articulações elaborados na segunda metade dos 1950 e início dos 1960 entre quadros políticos e intelectuais marxistas descontentes com a situação de organização dos comunistas brasileiros não alinhados com o stalinismo, que na época encontravam-se militando em pequenas organizações políticas, a Polop, sigla pela qual a organização tornou-se conhecida, representou uma considerável renovação no campo marxista nacional².

Em nível teórico mais abrangente, os grupos que contribuíram com a sua formação compartilhavam das mais variadas referências marxistas, como Rosa Luxemburgo, Lênin, Bukhárin, Heinrich Brandler, August Thalheimer, e o próprio Trotsky, apesar das críticas ao caminho percorrido pelo movimento trotskista internacional. Em nível prático, partiam da avaliação de que os trabalhadores brasileiros careciam da organização política própria que pudesse articulá-los em torno de uma proposta de superação de suas condições de exploração. Um vácuo organizativo oriundo do que acreditavam ser o evidente fracasso do Partido Comunista do Brasil (PCB) em tornar-se a vanguarda do proletário brasileiro.

Assim, a Polop surgiu como proposta de formação de um novo partido revolucionário que tivesse origem na classe operária brasileira, e que realmente a representasse, e não a levasse a “reboque” das políticas da burguesia, como acreditava agir o PCB. Ao se articular em torno de uma crítica ao diagnóstico feito pelo Partido Comunista sobre a realidade brasileira, a Polop propunha uma alternativa ao que até então era a principal organização marxista do país. Entre outras questões, condenava o que acreditava ser a política reformista de colaboração de classes, na época comandada tanto pelo PSB e PTB como pelo PCB, e reconhecia o papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo em busca da formulação de um verdadeiro projeto socialista para o Brasil.

Abrindo novas sendas no campo marxista brasileiro, a Polop apresentava um posicionamento contrário ao programa majoritário do PCB sobre a revolução por etapas, pela qual o país deveria passar até uma revolução socialista. Por compreender que o Brasil já era um país capitalista – e que por isso, não precisava de uma etapa democrático-nacional, na qual ainda apostava o Partido Comunista –, a organização defendia que qualquer futura revolução no Brasil deveria ser imediatamente socialista ou não seria uma revolução verdadeiramente digna desse nome³.

Diante destes desentendimentos com o que estava posto, e entrosamentos de avaliação política do que deveria vir a ser, grupos marxistas minoritários acabaram aderindo “[...] a necessidade de fundar uma organização mais ampla, [fundindo] os grupos de esquerda divergente do PCB” (BANDEIRA, Moniz apud OLIVEIRA, 2007, p. 51), para edificação de uma verdadeira organização revolucionária que pudesse esboçar um mínimo de força perante o monopólio “reformista” do principal partido comunista do país. Com este passo histórico, a Polop surgiu como “um marco inicial na renovação das esquerdas nos anos 1960” (MATTOS, 2002, p. 199), tornando-se “matriz” (MIRANDA; TIBÚRCIO, 1999) do que se convencionou chamar, tempos depois, de “nova esquerda” brasileira (GARCIA, 2019, p. 115-128).

Sobre a “nova esquerda” marxista brasileira

Até fins da década de 1950, o campo marxista brasileiro era dominado pela dualidade formada pela corrente majoritária stalinista e a crítica minoritária trotskista⁴. Fora de suas fileiras não havia nenhuma base teórico-organizativa aparente a partir da qual se pudesse desenvolver qualquer análise ou estratégia revolucionária inteligível. Desta forma, militantes marxistas que por ventura não estivessem integrados a nenhuma das duas tradições, se encontravam sem vínculos organizativos suficientes para a manifestação de uma militância revolucionária. É o que expressa o depoimento abaixo de Otavino Alves.

Em meados de 56, me convidaram para uma discussão em Itabuna. Fui preocupado, pensando que iriam me expulsar. Havia um problema psicológico nisso. O que significaria um militante do partido comunista ser expulso? Naquela época só existiam três concepções políticas: da classe dominante, dos comunistas e dos trotskistas (ALVES, Otavino apud POMAR, 1994).

Este cenário começou a mudar no Brasil a partir da formação de pequenas organizações marxistas como a Liga Socialista Independente (LSI)⁵, que no início da década de 1960 reuniram-se para a formação da Polop, constituindo assim uma nova senda para a esquerda marxista brasileira.

O papel inovador da Polop no contexto brasileiro dos anos de 1960, quando buscava se apresentar como uma alternativa ao PCB, foi reivindicado inicialmente pela própria organização, tanto em suas formulações programáticas quanto nas auto-críticas e avaliações memorialísticas, sendo depois reafirmada pela literatura especializada⁶. Ressaltado primeiro por ex-militantes, em trabalhos de resgate histórico, como no caso de Marco Aurélio Garcia (GARCIA, 2019), que considera a Polop uma das “matrizes” da nova esquerda revolucionária brasileira, foi reafirmada pelos historiadores *a posteriori*. Mas o que exatamente é isto que parte da literatura especializada identificou como a “nova esquerda”?

Esta caracterização é promovida por especialistas como Reis Filho e Ferreira de Sá, que, em trabalho pioneiro – responsável por principiar um importante debate ao publicarem documentos necessários para compreensão do pensamento comunista no país – situaram a organização como o ponto de partida de um ramo novo na história das esquerdas no Brasil (REIS FILHO; SÁ, 2006). Alertando que as expressões “nova” e “velha” não pretendiam impingir julgamentos políticos, os autores identificavam “nova” enquanto “diferente”, e rechaçavam a identificação de “velha” com a “acepção pejorativa do termo, ou seja, ultrapassada” (REIS FILHO; SÁ, 2006, p. 15). A expressão “esquerda” referia-se ao campo comunista. Desta forma, o significado de “nova esquerda”, para estes autores, se expressava na identificação de um ramo diferente no campo marxista, o que torna obrigatório lançar luz crítica sobre a própria escolha dos autores que optaram por definir toda organização e partido político de perspectiva comunista que surgiu em oposição ao PCB enquanto tal.

Partindo desta perspectiva, Reis Filho e Ferreira de Sá abordaram o que acreditavam ser uma multiplicidade de organizações que sintetizavam a “nova esquerda”, apontando cinco troncos primordiais: aquele que surge tendo a Polop enquanto matriz; outro a partir da AP; outro a partir do PCdoB; e outro através das dissidências do PCB pós-1964; além dos trotskistas (REIS FILHO; SÁ, 2006). Contudo, acredito que muitos destes ramos não podem ser necessariamente interpretados enquanto organizações que efetivamente contribuíram para constituição de uma nova senda no marxismo brasileiro.

O que realmente permite caracterizar a Polop como a matriz da chamada “nova esquerda” tem a ver com a sua posição original, que superava o dualismo reinante no campo marxista do Brasil. O PCdoB, e as dissidências comunistas do PCB (ALN, PCBR, etc.) eram todas oriundas da tradição stalinista; os trotskistas, eram força presente no país desde a década de 1920; a AP, uma organização de origem socialista cristã, inicialmente não era marxista. Neste sentido, a Polop era a única organização, entre essas, que rompia de fato com a sua hegemonia dual, para ocupar um espaço novo dentro do campo marxista brasileiro daquele período. Aí reside, a meu ver, a condição que lhe permite ser identificada como a “nova esquerda” brasileira.

Entretanto, em suas notas memorialísticas sobre a história da Polop, Moniz Bandeira, um dos seus fundadores, polemiza com a tese sobre a originalidade frequentemente atribuída à organização, ao abrir discordância com a afirmação de Leal de que a Polop introduziu no Brasil, “enquanto agrupamento político organizado, a tese do caráter socialista da revolução brasileira não meramente de forma circunstancial, episódica ou parcial”, mas a partir de uma substancial análise da formação social e desenvolvimento histórico do país (LEAL apud BANDEIRA, 2017, p. 21).

Nesta polêmica, Bandeira relembra que a teoria sobre o caráter socialista da revolução brasileira “não era nova, muito menos original da Polop. Era a essência da doutrina de todas as tendências trotskistas, que surgiram e se organizaram no Brasil” (LEAL apud BANDEIRA, 2017, p. 23). Com esta ponderação, Bandeira joga luz sobre uma questão muito relevante, a presença – minoritária, mas importante – de uma longa tradição trotskista brasileira, que, como será visto, teve considerável relevância para o processo de gestação da Polop. Além de expor, com suas considerações críticas, um fato essencial: os fundadores da Polop não foram os primeiros e estavam longe de ser os únicos a defenderem que o Brasil já era um país plenamente capitalista, entrando em rota de colisão com a interpretação pecebista⁷. E diante da existência do movimento trotskista, também não foram os primeiros e únicos a defenderem o caráter socialista da revolução em crítica a estratégia etapista do PCB, tornando realmente exageradas as afirmações de Leal de que foi com a Polop,

[...] que a tese da revolução-socialista-em-um-Brasil-capitalista – postulando o conceito de revolução como ruptura, oposta à ideia de um avanço processual – assume um caráter unificado e, além disso, definidor de uma proposta de uma intervenção qualitativamente diferenciada na realidade (LEAL, 1992, p. 36).

Contudo, se Bandeira tem razão em rechaçar a tese auto-elogiosa e demasiadamente exagerada de Sachs – abraçada pelas primeiras produções historiográficas sobre a história da Polop – de que haviam sido eles, “os primeiros e por muito tempo os únicos no país que se deram ao trabalho de uma fundamentação teórica e que procuraram tirar as consequências práticas da situação” (MARTINS, 2010, p. 129-215), ele menospreza a real inovação que a Polop representou no campo marxista brasileiro, contribuindo não apenas para elucidar, mas, contraditoriamente, também obscurecer, a história da organização do qual foi um dos fundadores.

O que faz da Polop um elemento inovador é menos o ineditismo de suas análises e teses, e mais o espaço peculiar que ela ocupou dentro do campo marxista brasileiro da época. Tendo sido a primeira força política marxista revolucionária brasileira que não provinha de dissidências do Partido Comunista e do movimento trotskista, a organização constituiu um novo espaço no campo marxista brasileiro. Desta forma,

a Polop inaugurou uma cultura marxista original no país, capaz de estimular a formação de uma nova e relevante interpretação da realidade econômica latino-americana, reconhecida em todo o continente como a “teoria marxista da dependência”, que teve como seus futuros formuladores, os Polopistas Ruy Mauro Marini, Theotônio Santos e Vânia Bambirra.

Cinco teses sobre a formação da Polop

Crise do stalinismo

Se é possível identificar elementos inovadores na formação e trajetória política da Polop que permitem a sua caracterização como uma “Nova Esquerda”, se faz prudente, contudo, lembrar que a Polop não resultou de uma cisão do Partido Comunista, como outras experiências históricas caracterizadas como tal. Diferente, por exemplo, da *New Left* britânica, produto direto da crise do comunismo internacional de 1956 e constituída pelos dissidentes do Partido Comunista da Grã-Bretanha⁸, a Polop não se originou da “debandada” dos militantes do PCB ocasionada pela crise stalinista de 1956. Pelo contrário, foi forjada à margem deste por sujeitos que, em sua maioria, sequer fizeram parte de sua vida cotidiana de militância – excetuando um único caso, o de Otavino Alves, que rompeu com o partido na ocasião da crise. Para melhor esclarecimento desta questão, um fragmento da entrevista de um de seus fundadores torna-se exemplar, quando este afirma que: “O PCB não me atraía desde há algum tempo: já tinha lido Deutscher e nutria ‘certa antipatia’ pela URSS, tanto assim, que o 20º Congresso não chegou a me abalar; já tinha a cabeça feita” (LEITE FILHO, Aluizio apud LEAL, 1992, p. 124). Eis a particularidade brasileira deste fenômeno internacional, o nascimento da chamada “nova esquerda”. No Brasil, seu elemento inovador se deu não tanto pelo ineditismo de suas ideias e formulações políticas, como pela construção de um espaço organizativo novo dentro do campo marxista brasileiro, inexistente até a segunda metade da década de 1950.

Mesmo que a Polop não tenha sido formada por dissidentes do Partido Comunista, como afirma alguns (Cf. BORBA, 1980, p. 25; MACIEL, 2015, p. 96), não se pode negar que foi o abalo do stalinismo e do PCB, promovido pela crise político-ideológica exposta pelo XX Congresso do PCUS em 1956, que estabeleceu parte das condições para seu surgimento, no momento em que permitiu com que a crítica ao stalinismo pudesse ser desferida e organizada por outras perspectivas e cenários, liquidando o monopólio trotskista. A expressão mais concreta dessa experiência no Brasil foi a revista *Novos Tempos*, que ao reunir distintos autores e análises divergentes entre si, criou um cenário de liberdade de discussão poucas vezes vista na história do movimento comunista no país. Apesar da presença de uma corrente majoritária dentro da revista, a mesma privilegiou a pluralidade do debate marxista, constituindo assim um lugar novo de crítica ao stalinismo, não alinhado ao trotskismo ou revisionismo, que serviu de ampliação de um espaço dentro do campo do marxismo brasileiro – inexistente até segunda metade da década de 1950 – importante para a gênese da Polop⁹.

Crise do movimento trotskista

Por ter sido uma organização visceralmente anti-stalinista, a Polop é comumente identificada por parte considerável da bibliografia sobre a história da esquerda que a menciona, e mesmo por textos memorialísticos e biográficos de seus ex-militantes, como uma organização trotskista ou “*trotskizante*”. É o caso da biografia de Maria do Carmo Brito, que escrita pela amiga de infância por meio de uma série de entrevistas realizadas na década de 1990, identifica, erroneamente, em sua introdução, a Polop como uma organização trotskista (VIANNA, 2003, p. 25). Um equívoco comum, e fácil de se compreender. É evidente que pelo fato de os trotskistas terem hegemonizado a crítica ao stalinismo, todo coletivo ou sujeito que se apresentasse dentro do marxismo brasileiro em oposição ao PCB seria inevitavelmente confundido com esta tradição, sendo imediatamente identificado como tal, independente do juízo de valor empregado por quem punha o epíteto. E isso não foi diferente com a Polop, que foi rotulada de trotskista tanto pelos seus contemporâneos, quanto por parte da literatura especializada¹⁰.

Tal apreciação pode ser encontrada em abundância em textos com maior rigor acadêmico, ou escritos fruto da luta política. Alguns trotskistas, por exemplo, insistiam em caracterizar a Polop como organização de perfil *trotskizante*, por não se definir trotskista, mas por ter “no revolucionário russo [...] uma de suas principais referências teóricas” (DEMIER, 2012, p. 231). Ou seja, uma organização de tipo *centrista*, por não ser nem stalinista, nem trotskista. É a caracterização que faz o historiador Felipe Demier, que retoma a velha dicotomia ideológica do trotskismo, onde o campo do marxismo se divide entre a “esquerda”, que são os revolucionários (no caso tratando-se obviamente dos próprios trotskistas), e a “direita”, que são os reformistas, oportunistas, etc. (referência aos stalinistas). Cabendo aqueles que não se enquadram nesta visão dicotômica do campo marxista – e por isso mesmo pobre, mas justa para o Brasil até a segunda metade da década de 1950 –, o “centro”. São os “centristas”, que por conterem em seu interior, tanto elementos revolucionários quanto elementos reformistas, podem pender, oportunamente, tanto para a “esquerda” como para a “direita” (DEMIER, 2012).

Contudo, a Polop, apesar de utilizar-se de conceitos antes formulados por Trotsky, e amplamente empregados pelos seus seguidores, colhendo e contribuindo com a germinação de um campo há muito arado pelos trotskistas, foi na verdade um divisor de águas para o fim do dualismo stalinismo-trotskismo, tornando-se com o tempo a principal força crítica ao marxismo pecebista, e assim sendo, matriarca de uma nova tradição marxista no Brasil.

A Polop, apesar do equívoco memorialístico e historiográfico quase que geral, nunca foi uma organização trotskista, muito pelo contrário, manteve-se crítico a esta tradição e seus representantes no Brasil. Porém, a crise do movimento trotskista, provocada pelas divergências sobre a caracterização da URSS e a tática “plabista” do entrismo¹¹ que constituíram uma cisão dentro da Quarta Internacional foi essencial para sua formação¹². Visto que a mesma contribuiu para originar um experimento organizativo profundamente inovador no Brasil: a Liga Socialista Independente (LSI), que ao ser formada por militantes descontentes com os caminhos do movimento trotskista durante o processo de reorganização da Quarta Internacional no Brasil, assumiu o “luxemburguismo”. Desta maneira, tornando-se a primeira organização

marxista a não se identificar nem com o stalinismo, nem com o trotskismo, conformou-se como um espaço organizativo absolutamente novo no campo marxista brasileiro, contribuindo para a preparação ideológica de parte dos militantes fundadores da Polop.

A academização do marxismo brasileiro

Outro espaço de formação intelectual relevante para os militantes fundadores da Polop foi o ambiente universitário. Não que a organização tenha surgido na academia brasileira, produto de fóruns de debates ou grupos de estudo, ou no movimento estudantil¹³, mas, o processo de academização do marxismo foi parte dos condicionantes históricos que colaboraram para a sua formação. Pois, contribuiu para quebra do monopólio do acesso à formação marxista, até então hegemônica pelos agrupamentos stalinistas ou trotskistas. A partir da década de 1950, o marxismo poderia ser debatido também por grupos que se encontravam fora (mesmo que próximos) destas organizações políticas e, assim sendo, distantes das suas orientações internacionais, táticas, estratégias e restrições teóricas.

Em um processo lento e gradual, na década de 1950 se constituiu a primeira geração de acadêmicos a discutirem Marx e autores marxistas no ambiente universitário brasileiro, até então profundamente refratários a tais insinuações. Uma das experiências mais conhecidas foi a do *Seminário do Capital* na USP, formado no final dos anos de 1950 por um grupo interdisciplinar de economistas, sociólogos, historiadores e filósofos, jovens professores e alunos mais adiantados em seus cursos¹⁴. Esta, porém, não foi a única tentativa de incorporar Marx aos meios universitários brasileiros, que ainda possuíam uma resistência ao pensador alemão.

Experiências como essa não só contribuíram para o avanço e consolidação do marxismo enquanto corrente de pensamento na academia, como chegaram mesmo a ir além disso, pois, apesar do manifesto interesses de algumas dessas experiências em circunscreverem-se aos limites da “reclusão teórica”, a “academização do marxismo” serviu para sua própria renovação, questionando a dualidade stalinismo-trotskismo, que como tal, dominavam a formação marxista no Brasil.

Diferentemente do que ocorreu na Europa, segundo a clássica análise de Perry Anderson sobre o chamado “marxismo ocidental”, o processo de academização no Brasil não gerou uma situação particularmente danosa ao desenvolvimento do marxismo devido ao prejudicial divórcio entre teoria e prática, provocado pela acomodação dos marxistas em espaços de poder historicamente afastados das lutas sociais. No Brasil, ele permitiu inicialmente o aperfeiçoamento da vitalidade do marxismo ao contribuir com a ampliação dos seus espaços de acesso à formação, até então, restritos às organizações políticas que viabilizavam os materiais de informação e estudo. Como o campo marxista brasileiro até a segunda metade da década de 1950 era dominado pelo trotskismo e, principalmente, pelo stalinismo, a formação marxista no Brasil se dava em geral por meio destas duas orientações específicas. O início da entrada do marxismo à vida universitária brasileira, em uma época de expansão do acesso educacional e da agudização de um regime específico de dominação política, contribuiu para atrair jovens com pretensões de intervenção política e

perspectiva de transformação estrutural, e para revisão de algumas interpretações, teses e práticas já estabelecidas no campo marxista, ampliando ainda mais o novo espaço emergente.

Este processo provoca, por sua vez, uma ampliação dos espaços de encontros e discussões entre marxistas, constituindo fóruns de debates promovidos por jovens professores e estudantes universitários, alguns deles futuros fundadores da Polop. Certamente que a Polop não se formou por meio da conjunção de grupos acadêmicos, entretanto, não se pode negar o peso considerável que tal agrupamento social teve em sua formação. Constituído basicamente por estudantes da USP que formavam a LSI (como Michael Löwy, Gabriel Cohn, os irmãos Eder e Emir Sader); de jovens universitários de Minas Gerais reconhecidos como Mocidade Trabalhista (caso de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Juarez Guimarães Brito, Carlos Alberto Soares, Arnaldo Mourthé, entre outros); estudantes ou ex-estudantes da Escola Brasileira de Administração Pública (como Aluizio Leite Filho, Piragibe de Castro e Ruy Mauro Marini); e alunos da Universidade da Bahia (caso de José Luiz Pamponet e Almicar Baiardi), esta condição parece ter se cristalizado e permeado toda a trajetória da organização. Segundo informações do projeto “Brasil Nunca Mais”, dos 80 sujeitos processados pela ditadura com ligação com a Polop, 26,2% eram estudantes, 13,8% eram professores, e 15,5% profissionais liberais com formação superior – ao todo mais de 50%, número ainda mais relevante quando confrontado com os 3,7% de trabalhadores manuais urbanos (MATTOS, 2002, p. 200).

Essa condição acadêmica de seus militantes, contribuiu, em certa medida, para a sólida formação intelectual da organização, condicionando a sua produção política e a sua própria projeção histórica. A excelência intelectual, marca reconhecível pelos seus contemporâneos e pela bibliografia existente, lhe valeu tanto o reconhecimento pela sua criatividade e valor teórico quanto o menosprezo político pelo seu suposto “teoricismo”, ou “doutinarismo impotente”, como prefere um de seus principais críticos, Jacob Gorender, que ao identificar a força da Polop no “ambiente universitário”, relacionou-a diretamente a sua notória pouca “penetração nos movimentos de massa”, que lhe fez ficar “restrita ao meio intelectual e à produção teórica” (GORENDER, 1990, p. 36).

Não à toa, a Polop foi a matriarca de uma importante geração de intelectuais brasileiros que após deixarem, por motivos variados e distintos, a organização, tornaram-se acadêmicos de reconhecida produção intelectual. Tal é o caso de Moniz Bandeira, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini, Paul Singer, Michael Löwy, Eder e Emir Sader, para citar apenas alguns.

A Revolução Cubana

A fermentação ideológica que começava a preparar terreno para a formação de uma organização como a Polop sofreu também o impacto imediato da Revolução Cubana. Vitoriosa em 1959 e declaradamente socialista a partir de 1961, o “impacto causado pela Revolução Cubana no Brasil e no restante da América Latina foi imensurável”, desempenhando “papel crucial na formação de várias gerações de militantes políticos” e organizações revolucionárias no país e continente (MARTINS, 2009, p. 51-52).

Prenha de significados, Cuba teve um impacto imediato nos sujeitos com pretensões revolucionárias, mas tornou-se de fato um marco de grande ligação emocional para um contingente imenso de pessoas, principalmente a partir da sua identificação com o socialismo. A jovialidade da sua liderança de revolucionários barbudos indicava vitalidade e apontava para a novidade daquela que era a primeira revolução socialista na América, terreno de domínio incontestado dos EUA, especialmente naqueles anos de Guerra Fria. A pobreza extrema do local que havia se feito palco de tamanha novidade, apontava para a sensibilidade e generosidade social da revolução que já se materializava nos anos iniciais de governo por meio das primeiras medidas voltadas à reforma agrária, urbana, econômica, educacional e na área da saúde pública. O êxito sobre uma ditadura dedicada aos interesses imperialistas e o enfrentamento a todo um extenso passado colonialista sugeriam inevitáveis desejos de autonomia que tornava o novo regime legítimo arauto da liberdade. O fato de o socialismo está sendo construído em uma “ilhazinha” até então desimportante da geopolítica mundial, vizinha da maior potência capitalista, lhe conferia incontornável valor simbólico ao se adequar com facilidade a imagem da luta mítica entre Davi e Golias.

Desta forma, a revolução transpirava anseios de liberdade, atraía solidariedade, e tornava-se exemplo, galvanizando toda uma geração de militantes políticos, que alimentando os sonhos de transformação social começavam a ser ganhos pela ideia de revolução a ser feita em seus próprios países. O mais importante, contudo, é que ao desenrolar-se à sua maneira, respeitando as suas próprias particularidades, a Revolução Cubana acabou oferecendo mudanças na percepção revolucionária, o que impactou consideravelmente o marxismo no país. Rompendo com aspectos que haviam sido consagrados pela revolução bolchevique, e abandonando, quase que completamente o que era recomendado pelo Partido Comunista Soviético pós-1956, como pontuou Eder Sader, a Revolução Cubana representou “*a atualização da revolução para a esquerda brasileira*” (SADER, 1991, p. 168). Neste sentido, sua original experiência serviu como mais um dos condicionantes para o processo de formação da Polop.

O caso cubano colocava em discussão o tipo de vanguarda necessária para o processo revolucionário; legitimava a heterodoxia política ao romper com o monopólio dos PC's; reatualizava as estratégias de revolução, questionando a viabilidade do caminho pacífico e gradual; e confrontava o seu caráter nacional-democrático-burguês. Também reestruturou a significação dos debates sobre anti-imperialismo, socialismo e libertação nacional ao unificar as bandeiras em um mesmo processo revolucionário de caráter socialista, fortalecendo, portanto, a posição teórica dos grupos fundadores da Polop diante do conjunto de críticas que apresentavam ao PCB (BANDEIRA, 2017, p. 26).

Contribuindo para alargar ainda mais o novo espaço constituído no campo marxista brasileiro, até então dominado pelo stalinismo e trotskismo, a Revolução Cubana permeou as várias produções políticas dos grupos responsáveis pela formação da Polop, que empenhados na sua defesa, e ansiosos de que ela desse passos decididos em direção ao socialismo, a abraçaram como exemplo. Não ao acaso, era o que apontava o documento de convocatória para o congresso de fundação da Polop: “o exemplo de Cuba indica hoje os rumos da revolução na América Latina” (Convocatória para o primeiro Congresso da Polop, 1960, p. 10).

Isto não quer dizer, contudo, que a Polop tenha se originado como um “reflexo da revolução cubana”, como afirmou Chilcote (CHILCOTE, 1982, p. 247). Não só já estava sendo gestada desde antes de 1959, como, tampouco, assumiu, em algum momento, a identidade castrista ou guevarista. Muito pelo contrário, a Polop manteve desde sempre uma relação crítica com a universalização da experiência cubana, cada vez mais comum na militância comunista do Brasil pós-64, quando um contingente considerável de militantes recorreu aos princípios da guerra de guerrilhas e ensinamentos do foco guerrilheiro para assumirem a luta armada como tática de enfrentamento à ditadura civil-militar. Pagando o preço de uma cisão que provocou o seu fenecimento, a maioria da Polop recusou a tática foquista no seu IV Congresso, realizado em 1967. Para tanto, recuperou e ampliou a análise crítica que era feita desde os seus primeiros anos de fundação, sobre os riscos de se transplantar a experiência cubana enquanto modelo para outros países com seus próprios desenvolvimentos sócio-econômicos, demarcando as peculiaridades que faziam do Brasil um lugar impróprio para a adoção integral da estratégia e táticas dos revolucionários do Movimento 26 de Julho¹⁵.

Contudo, não há dúvidas de que o impacto da Revolução Cubana serviu para criar as condições históricas para formação da ORM-PO, já que atraiu mais jovens para militância política de pretensões revolucionária, e serviu de exemplo de que sendas revolucionárias alternativas as da Revolução Russa eram possíveis, e talvez até mesmo necessárias, em regiões como a América latina, servindo ao arsenal de críticas às pretensões de monopólio do PCB sobre o caminho da revolução.

As organizações revolucionárias surgidas na América Latina no fim dos anos 1950 e início da década de 1960 não foram mero reflexo da Revolução Cubana, mas parte do fenômeno histórico que a própria revolução na ilha integrou. Foi assim que surgiram os Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) em vários países latino-americanos, e a Polop no Brasil, que como afirmou Oliveira, “não teria surgido ao acaso”, mas sim refletido “a problemática vivida em toda a América Latina” (OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 51). Tendo sido a Revolução Cubana um indicativo do aguçamento, tanto ao nível local quanto internacional, dos antagonismos sociais e políticos do continente.

No Brasil, o desenrolar dos conflitos na ilha caribenha provocaram um impulso importante nos sujeitos que arquitetaram a Polop. Não porque estes jovens revolucionários concordassem com a maioria das ações, estratégias e ensinamentos relegados pelo processo revolucionário vitorioso, como, por exemplo, a teoria do foco guerrilheiro; mas, principalmente, por ter contribuído para ampliar um espaço novo, ainda bastante restrito, no campo marxista brasileiro, alimentando o ardor de uma geração que, distante tanto da influência das hostes do Kremlin e de sua tradição stalinista, quanto do movimento trotskista, começava a ser “ganha para a revolução” pelos processos de radicalização política da luta de classes condicionada pelos tempos da Guerra Fria. Efetivamente, estavam em busca de novas alternativas há algum tempo, e a Revolução Cubana parecia o mundo ideal tornando-se realidade.

O avanço da luta de classes e a ascensão do movimento popular

Ao fim dos anos 1950 e início da nova década, o discurso desenvolvimentista já não podia mais ocultar que os êxitos do período estiveram associados à conservação da estrutura sindical corporativa, a exclusão da participação efetiva das camadas populares no processo decisório, ao aumento das disparidades regionais e à ampliação do poder dos ruralistas. Como tais transformações sociais eram identificadas como o oposto do desenvolvimento econômico propugnado pelo projeto nacional-desenvolvimentista, o seu encanto e as suas potencialidades políticas se esvaíram sob um rastro de desapontamentos que se expressou visivelmente na ascensão do movimento popular, antecipando os conflitos responsáveis pelos sonetos de dramaticidade da crise brasileira do início da década de 1960.

Como indica Moraes, a década inicia-se “com a reforma educacional na ordem do dia”, promovendo uma retomada da politização do meio estudantil, sublinhada pelo ativismo da União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Metropolitana de Estudantes (UME) (MORAES, 2011, p. 49-50). Nos centros urbanos, o número da força de trabalho operário crescia exponencialmente e com ele as paralizações e greves – que triplicaram na segunda metade da década de 1950, passando de meio milhão para um milhão e meio no período de 1955-1960 (KOVAL, 1982, p.452). Enquanto no campo, o trabalhador rural, à margem do desenvolvimento econômico do período e exposto as históricas condições de miséria e super-exploração, reagia ativamente por meio da organização política independente materializada pela erupção das Ligas Camponesas.

Esta ascensão das lutas sociais, seja nas cidades ou no campo, permitiu que a fundação de uma organização comunista revolucionária passasse a se impor como necessária para certos sujeitos, tornando a radicalização dos movimentos populares, o florescimento cultural brasileiro e a crescente mobilização social de estudantes, operários e camponeses (que manifestavam grande interesse em participar dos processos políticos da época) relevantes elementos que contribuíram para a formação da Polop. Isso não quer dizer que a fundação da Polop tenha sido a expressão histórica da consciência operária. A organização não foi constituída pela classe trabalhadora, muito pelo contrário, o registro memorialístico a disposição afirma que possuía apenas um operário participando de seu congresso de fundação¹⁶. Mais do que isso, a Polop manteve, desde o início e para todo o sempre, uma relação deveras complicada com a classe trabalhadora – o que já foi denunciado pelos seus críticos, alvo privilegiado de autocritica e objeto de pesquisa acadêmica recente (Cf. GORENDER, 1987; VILLA, 1976; NOBERTO, 2021).

Contudo, foi o aumento do acirramento das lutas sociais no Brasil na virada dos anos 1950 para os de 1960, que fez com que os intelectuais responsáveis pela origem da Polop, ainda organizados em pequenos agrupamentos, filiados ou não a partidos reformistas (PSB e PTB), resolvessem dar um passo adiante na superação das suas limitações numéricas a fim de unificar a esquerda marxista revolucionária em uma organização mais ampla e audaciosa. Pois, entre outras coisas, a reoxigenação do movimento popular reanimava as bases pecebistas abaladas pela crescente perda de quadros ocorrida desde o início da década. Nas cidades, o PCB, em disputa ou em alianças pontuais com o PTB, aumentava seu comparecimento nas fábricas e locais de trabalho, ampliando sua sempre marcante¹⁷ presença no movimento operário urbano¹⁷.

No campo, onde o partido já possuía uma história pregressa na organização da luta camponesa, tornava-se uma das principais forças políticas, atritando-se com as organizações católicas e as Ligas Camponesas. Nos meios estudantis, reassumia postos de direção na UNE em aliança com a crescente força política do movimento cristão da JUC. Em suma, o PCB se reanimava e crescia, enquanto as outras pequenas organizações revolucionárias críticas mantinham-se dispersas e limitadas a sua pequenez. A persistência desse cenário apresentava o custo iminente do mais completo fracasso a todo trabalho teórico já realizado a um bom tempo por estas forças renovadoras do marxismo.

Por isso, mesmo não nascendo do seio da classe trabalhadora, se pode dizer que a reconfiguração da luta de classes do Brasil do início dos anos 1960 reanimou um espontâneo movimento popular e criou a atração política necessária para a formação de uma nova organização revolucionária, sendo a Polop fruto das novidades trazidas por estes conflitos. Pois, na medida em que se desenrolavam, faziam com que os comunistas dispersos, distantes do stalinismo e trotskismo, colocassem para si a necessidade de se organizar em torno da constituição de consensos necessários para a fundação de um aparelhamento revolucionário superior às condições organizativas até então experimentadas, e capaz de assumir, com o tempo, a direção da classe, ao desenhar no horizonte do conflito promovido pelos trabalhadores uma estratégia de luta revolucionária.

Conclusão

Pode-se afirmar, sem exagero, que o nascimento da Polop representa um novo momento da história do marxismo brasileiro. Conhecida como matriarca da “nova esquerda”, mais do que uma expressão contestatória à hegemonia do PCB, realinhando um lugar já ocupado há décadas por organizações trotskistas, o surgimento da Polop criou um braço novo no movimento comunista nacional.

Neste sentido, para que seja possível compreender as suas origens, é necessário identificar a construção de um espaço novo no campo do marxismo. Até então ocupado exclusivamente pelo stalinismo (da extinta III Internacional) e o trotskismo (da IV Internacional), o campo marxista brasileiro viu nascer, na segunda metade da década de 1950, um espaço absolutamente novo, que alimentado por um conjunto de experiências organizativas, pôde gestar algo como a Polop.

Para tanto, foi necessário o desenrolar de um amplo processo que, aliás, não se restringiu apenas a realidade brasileira. Primeiro, as crises sobre as duas principais tradições políticas marxistas (o stalinismo e o trotskismo), ocorrida durante o início de uma nova apropriação do marxismo no país, promovida por sua difusão acadêmica. E depois, mudanças no desenvolvimento da luta de classes no Brasil e no continente, já evidentes ao fim da década devido ao impacto da Revolução Cubana e a ascensão crescente do movimento popular.

Tais determinantes históricos permitiram o surgimento e aproximação de sujeitos coletivos que, após algumas tentativas frustradas ajustaram as relações políticas para constituição da Polop. Este momento de fundação elaborou e esclareceu os traços identitários necessários para acomodação do conjunto heterogêneo que formava o sujeito-coletivo nomeado de ORM-PO. Formado por agrupamentos marxistas

de trajetórias políticas distintas, desde uma organização paulista luxemburguista de tendência trotskista, um grupo fluminense ligado ao PSB e mineiros da *Mocidade Trabalhista*, entre outros, a Polop se originou devido o consenso firmado em torno de um princípio básico: a revolução brasileira “ou será socialista ou não será revolução”.

A defesa do caráter socialista da revolução brasileira tal qual proposta pela Polop estava pautada na caracterização do Brasil enquanto país capitalista. Tal caracterização, por sua vez, se sustentava por meio de uma substancial análise da realidade concreta que indicava que o desenvolvimento capitalista brasileiro, que fora alcançado por meio da aliança latifúndio-imperialista, só podia se expandir sob as mesmas condições de aprofundamento da dependência nacional. Inapta para realização das reformas estruturais necessárias a esta expansão capitalista, que se radicalizadas poderiam promover uma ruptura com o imperialismo e latifúndio, a burguesia brasileira era compreendida como uma classe conservadora, destituída do caráter revolucionário que os seus “irmãos/primos” europeus possuíam no século XVIII-XIX. Desta forma, a profunda crise nacional que inaugurou a década de 1960 no país e prometia se aguçar nos próximos anos até uma “situação revolucionária”, apresentava ao proletariado urbano e rural nada além de uma derrota histórica (a ser conduzida pelo reformismo) ou a possibilidade da vitória de uma revolução de emancipação nacional, que, uma vez desencadeada, cumpriria as tarefas “democrático-burguesas” ainda a serem realizadas pela luta “anti-imperialista” e “anti-feudal”, mas prosseguiria ininterruptamente até às medidas de caráter socialista, consolidando uma ruptura com a própria dominação de classe do capitalismo.

Desta forma, sem exagerar sobre o modesto evento, os poucos delegados presentes naquele congresso de fundação da Polop, realizado a exatos sessenta anos, representavam as aspirações mais altas de uma esquerda que clamava por uma nova alternativa revolucionária, e por um proletariado que enfrentaria, nos anos subsequentes, momentos de intensas dificuldades.

Referências:

BAMBIRRA, Vânia. **La Revolución Cubana:** una reinterpretación. C. do México, Editorial Nuestro Tiempo, 1976.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Notas sobre a Polop e Eric Sachs. **Revista Espaço Acadêmico.** Ano XVI, n. 188, janeiro/2017.

BORBA, Marco Aurélio. **Cabo Anselmo:** a luta armada ferida por dentro. São Paulo: Globo, 1980.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro:** conflito e integração. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CHILCOTE, Ronald H. Influências trotskistas sobre a Teoria do Desenvolvimento da América Latina. **Revista de ciências sociais,** v. 40, n. 1, 2009.

COSTA, Ricardo da Gama Rosa. **Descaminhos da revolução brasileira:** O PCB e a construção da estratégia nacional-libertadora (1958-1964). Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense. Tese de doutorado, 2005.

DEMIER, Felipe A. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964):** autonomização relativa do estado, populismo, historiografia e movimento operário. Universidade Federal Fluminense (UFF), Tese de Doutorado, 2012.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E.P. Thompson in: THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

GARCIA, Marco Aurélio. Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira. **Notas para uma história dos trabalhadores**: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos. Fundação Perseu Abramo. São Paulo: IMAG, 2019.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

KOVAL, Boris **História do proletariado brasileiro 1858-1967**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1982.

LEAL, Leovegildo Pereira. **Política Operária**: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira. Dissertação de Mestrado de História. UFF. Niterói, 1992.

LEAL, Murilo. **À esquerda da esquerda**. Trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966). São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MACIEL, Wilma Antunes. VPR: contra a ditadura, pela revolução in: SALLES, Jean Rodrigues (org.). **Guerrilha e Revolução**: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil. 1ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

MARTINS, Ernesto. Caminho e caráter da revolução brasileira in: MIRANDA, Orlando; FALCÓN, Pery. **Polop**: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil. CVM (Centro de Estudos Victor Meyer). Salvador/BA, Empresa Gráfica da Bahia, 2ª ed., 2010.

MARTINS, Fernanda Tondolo. Anos 1960 e a recepção da Revolução Cubana no Brasil: jornal *Diário de Notícias* e revista *O Cruzeiro*. In: WASSERMAN, Cláudia (org.). **A Revolução Cubana**: 50 anos de imprensa e história no Brasil. Porto Alegre: Edições Est, p.17-29, 2009.

MARTINS, Éder Luís. **Marxismo e a universidade no Brasil**: um estudo sobre o “Seminário Marx” (1958-1964). Dissertação de mestrado em História Econômica. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2008.

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão. **História do Marxismo no Brasil**, vol. V. Campinas, Edunicamp, 2002.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo**: Mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo, Boitempo – Perseu Abramo, 1999.

MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. **O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra**: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016.

MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**. 3ª ed., São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

NOBERTO, Lineker. Uma Rosa vermelha no jardim político brasileiro: a Liga Socialista Independente entre o Luxemburguismo e o Trotskismo. **Revista Escrita da História**. Ano VI, vol. 6, n. 12, jul./dez., 2019.

NOBERTO, Lineker. **Nova Senda Socialista**: A história da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO). Tese de doutorado em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021.

OLIVEIRA, Joelma Alves de. **Polop**: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967). Dissertação de Mestrado em Sociologia. UNESP. Araraquara, 2007.

POMAR, Valter. Entrevista de Otavino Alves da Silva In: **Revista Teoria e Debate** n° 24, março/abril/maio de 1994.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense; 7ª edição, 1987.

QUERIDO, Fábio Mascaro. **Resistência intelectual e engajamento político em Michael Löwy e Daniel Bensaïd**: afinidades benjaminianas. Tese de Doutorado em sociologia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2016.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (org's). **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SADER, Emir. Cuba no Brasil: influências da revolução cubana na esquerda brasileira in: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **História do marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**, Vol. I. 1ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Raimundo. **A primeira renovação pecebista**: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SILVA, Cléa. Los errores de la teoría del “foco”. In: Huberman, L. et al. *Debray y la revolución latinoamericana*. C. do Mexico, Editorial Nuestro Tiempo, 1969.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs). **Ruy Mauro Marini**: Vida e Obra. 1ª Ed, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória**: A história de Lia, Maria do Carmo Brito. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VILLA, Raul. Para um balanço da PO. **Brasil Socialista**, ano II, nº7, outubro de 1976.

Fontes

Doc. 07439. Boletim nº 1, 20 de março de 1961. CEDEM. Fundo Polop.

Doc. 00461 – Caderno de Debates n.03. (A Guerra revolucionária no Brasil e as classes trabalhadoras da cidade e do campo – Mendonça), 28-01-67. CEDEM. Fundo Polop.

Convocatória para o primeiro Congresso da Polop, 1960. Pasta 01. Acervo Victor Meyer, LABELU/UEFS

Notas

* Neste artigo apresento uma síntese da primeira parte de minha tese de doutorado intitulada “Nova Senda Socialista: a história da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO)”, defendida no PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob orientação de Enrique Serra Padrós (*in memoriam*).

1 Doutor em História (UFRGS). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pesquisador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (LABELU/UEFS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5341175207325122>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8344-9484>. E-mail: lineker.noberto@yahoo.com.br

2 Eric Sachs foi o responsável pela sugestão do nome “Política Operária”, baseado na corrente homônima dissidente do Partido Comunista Alemão, o (*Gruppe Arbeiterpolitik*), dirigida por Heinrich Brandler e August Tallheimer.

3 Para a análise do programa pecebista dos anos de 1958-1964 Cf. COSTA, Ricardo da Gama Rosa. *Descaminhos da revolução brasileira*: O PCB e a construção da estratégia nacional-libertadora (1958-1964). Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, Tese de doutorado, 2005. Para ver crítica da Polop a este programa do PCB Cf. LEAL, Leovegildo Pereira. *Política Operária*: a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira. Dissertação de Mestrado de História. UFF. Niterói, 1992.

4 No Brasil, o movimento trotskista internacional tinha no recém fundado Partido Operário Revolucionário (POR) o seu representante, enquanto o stalinismo exercia sua força majoritária por meio da atuação política do sempre presente PCB.

5 Surgida após a crise do movimento trotskista no Brasil, a LSI foi uma das organizações que contribuíram para a formação da Polop, para mais informações cf. NOBERTO, Lineker. Uma Rosa vermelha no jardim político brasileiro: a Liga Socialista Independente entre o Luxemburguismo e o Trotskismo. *Revista Escrita da História*. Ano VI, vol. 6, n. 12, jul./dez., 2019.

6 Considerando o PCB como expressão da “Velha Esquerda”, ou seja, aquela que acabava sempre agindo enquanto “apêndice da política burguesa”, a Polop identificava a si própria como a organização que deveria engajar-se nas lutas cotidianas que contribuisse “para aglutinar as esquerdas dispersas” para formação da “nova Esquerda militante que o desenvolvimento do país já [punha] na ordem do dia”. Doc. 07439. Boletim nº 1, 20 de março de 1961. CEDEM. Fundo Polop, p. 6.

7 Um deles era o próprio historiador pecebista Caio Prado Jr, que também defendeu, contra a direção de seu partido, a caracterização capitalista da sociedade brasileira e a independência dos trabalhadores, porém, manteve-se ainda defensor de uma revolução democrático-burguesa. Cf. PRADO JUNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense. 7ª edição, 1987.

8 Tal experiência histórica é bem conhecida dos historiadores brasileiros, devido a participação de relevantes historiadores britânicos que muito influenciaram a prática historiográfica no Brasil. Como lembra uma obra de divulgação dos textos de um destes historiadores, na Grã-Bretanha os “dissidentes do PCGB em 1956 constituíram o principal núcleo do movimento político que passou a ser conhecido como Nova Esquerda. Dele faziam parte grandes nomes da intelectualidade marxista inglesa, como Raymond Williams, Doris Lessing, Raphael Samuel, Ralph Miliband, Dorothy Thompson, E.P. Thompson, Jonh Saville, entre outros”. FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E.P. Thompson in: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sergio (org.). Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001, p. 40.

9 Sobre a luta interna que se desenvolveu dentro do PCB após o impacto do XX Congresso do PCUS Cf. SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988. Sobre a importância dessa crise e do papel da revista Novos Tempos na formação da Polop cf. NOBERTO, Lineker. *Nova Senda Socialista: A história da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO)*. Tese de doutorado em história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021.

10 É também o caso de Ronald Chilcote, que identifica Moniz Bandeira como um líder trotskista, dando a sugerir que a Polop tenha sido um agrupamento trotskista. CHILCOTE, R. H. Influências trotskistas sobre a Teoria do Desenvolvimento da América Latina. *Revista de ciências sociais*, v. 40, n. 1, 2009, p. 73-98.

11 Como explica Leal: “Na tradição trotskista, o entrismo foi uma tática adotada na década de 1930 que consistiu no ingresso em partidos socialistas com base de massas, numa conjuntura explosiva na Europa, onde verificava-se a formação de correntes de esquerda nesses partidos. Era uma tática de curta duração, visando tirar as recém-formadas Ligas Comunistas, de inspiração trotskista, do isolamento e crescer às custas do partido reformista. A partir de 1951, no III Congresso da Quarta Internacional, sua direção começa a ampliar as possibilidades do entrismo, adotando-o também em alguns partidos comunistas o que, entretanto, não contou com a unanimidade dos membros do trotskismo”. LEAL, 2004, op. cit., p. 33-34.

12 Sobre a cisão da IV Internacional responsável por sua divisão entre duas organizações, o Comitê Internacional (CI-QI) e o Secretariado Internacional (SI-QI), que se reunificaram majoritariamente dez anos depois no Secretariado Unificado da Quarta Internacional (SU-QI), cf. MONTEIRO, Marcio Antonio Lauria de Moraes. *O movimento trotskista internacional e as revoluções do pós-guerra: uma análise de suas (re)leituras teóricas e programáticas (1944-63)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense (UFF), 2016. Sobre mais informações sobre a importância dessa crise para a formação da Polop cf. NOBERTO, 2021, op. cit.

13 Tese que, aliás, já apareceu em documentos de debate interno da própria ORM-PO. “Nossa Organização – a Polop – nasceu do meio estudantil universitário”, afirmava um dos textos. Doc. 00461 – Caderno de Debates n.03. (A Guerra revolucionária no Brasil e as classes trabalhadoras da cidade e do campo – Mendonça), 28-01-67, p. 2.

14 Eruditos que faziam parte da cultura “radical” uspiana e que resolveram se reunir “quinzenalmente para ler e debater a obra magna de Karl Marx, à luz do método de explicação do texto que José Arthur Gianotti trouxera da sua temporada filosófica francesa”, a experiência manteve-se ativa até 1964, quando o exílio de seus participantes, após o golpe civil-militar, lhe impôs um ponto final. Chegaram a participar da iniciativa uma plêiade de reconhecidos intelectuais da academia brasileira: José Arthur Giannotti, Bento Prado Jr, Fernando Henrique Cardoso, Ruth Cardoso, Octavio Ianni, Boris e Rui Fausto, Fernando Novais, Roberto Schwarz, Antônio Candido, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer, Michael Löwy, Francisco Welfort, entre outros. QUERIDO, Fábio Mascaro. *Resistência intelectual e engajamento político em Michael Löwy e Daniel Bensaid: afinidades benjaminianas*. Tese de Doutorado em sociologia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2016, p. 73. Sobre o grupo de *O Capital* da USP cf. MARTINS. Éder Luís. *Marxismo e a universidade no Brasil: um estudo sobre o “Seminário Marx” (1958-1964)*. Dissertação de mestrado em História Econômica. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 2008.

15 Ex-dirigente da Polop, Vânia Bambirra é autora de um dos primeiros textos de crítica ao debrayismo e de certa leitura foquista sobre a Revolução Cubana inspirada no clássico livro de Debray, *Revolução na revolução*. Cf. SILVA, Cléa. Los errores de la teoría del “foco”. In: Huberman, L. et al. *Debray y la revolución latinoamericana*. C. do México, Editorial Nuestro Tiempo, 1969 e BAMBIRRA, Vânia. *La Revolución Cubana: una reinterpretación*. C. do México, Editorial Nuestro Tiempo, 1976.

16 No que pese o fato de que Paul Singer ter tido um passado de metalúrgico antes de cursar economia na USP, Otavino Alves da Silva – marceneiro, que havia sido militante do PCB antes de aproximar-se da *Mocidade Trabalhista* – foi o único “operário” presente no congresso de fundação da Polop. Cf. OLIVEIRA, 2007, op. cit., p. 54.

17 Por exemplo, o bloco PTB-PCB chega ao comando da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria) no início da década de 1960.

Recebido em: 15 de out. 2021

Aprovado em: 27 de abr. 2022.